

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.589 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 2002



Célio Azevedo

Pedro Simon é autor do projeto que será analisado pela CRE

Alternativa ao serviço militar é examinada

PÁGINA 2

Tebet: eleição mostra força da democracia

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República demonstra que a democracia está absolutamente consolidada, diz o presidente do Senado, Ramez Tebet.

PÁGINA 4



Célio Azevedo

Marina Silva quer antecipar aposentadoria de extrativistas

Extrativista vegetal poderá se aposentar mais cedo

PÁGINA 4

Orçamento começa a ser discutido hoje

Comissão mista examina emendas ao parecer preliminar do relator-geral da proposta orçamentária para 2003, senador Sérgio Machado



Márcio Kallume

O prazo para apresentação de emendas termina hoje, quando a Comissão Mista de Orçamento retoma o seu calendário de reuniões. Está previsto que o relator-geral inicie os entendimentos com as lideranças partidárias para as indicações e escolha dos relatores setoriais e dos integrantes dos comitês de assessoramento. Também hoje, o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, e o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guardia, devem comparecer à comissão a fim de prestar os esclarecimentos periódicos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sérgio Machado inicia entendimentos com partidos

PÁGINA 3



José Cruz

O Plenário do Senado analisa nesta semana uma pauta de 32 itens

Plenário retoma as sessões de votação com pauta extensa

PÁGINA 2



José Cruz

Projeto apresentado por Pedro Simon dispõe sobre a prestação de serviço alternativo

Comissão discute alternativas ao serviço militar

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza reunião hoje com pauta de oito itens. Um deles é o projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que dispõe sobre atividades alternativas ao serviço militar obrigatório. Dois projetos de decreto legislativo (PDLs) aprovam protocolos ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, da Organização Mundial do Comércio (OMC). Outro PDL, do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), aprova o texto de modificação do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional (FMI), que trata dos Direitos Especiais de Saque (DES).

Há também dois requerimentos apresentados pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Um solicita que seja enviado ao governo israelense apelo para que se reconsidere a decisão de construir um muro para separar da Cisjordânia o norte do Estado de Israel. O relatório de Saturnino é favorável. Outro requerimento conclama o governo brasileiro a retirar-se das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O senador José Agripino (PFL-RN) ofereceu parecer contrário.

Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou requerimento em que conclama o Congresso a enviar voto de solidariedade ao governo da Argentina, tendo em vista a gravidade da crise naquele país.

Hospital universitário poderá cobrar internação

Proposta do senador Lúcio Alcântara, que altera a Lei Orgânica da Saúde, integra extensa pauta das sessões deliberativas da semana

Passado o segundo turno das eleições, o Plenário do Senado retoma as sessões deliberativas esta semana com uma extensa pauta de votações, que reúne 32 itens. Desse total, 21 proposições referem-se a atos autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária, em ondas médias (AM) e frequência modulada (FM), mas também está previsto o exame de propostas de emenda à Constituição (PEC) que tratam da demarcação de terras indígenas e de benefícios da Previdência Social. Hoje, às 14h30, os senadores se reúnem para votar, em turno suplementar, substitutivo a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que altera a Lei Orgânica da Saúde para permitir aos hospitais universitários captar re-

ursos com a internação de pacientes particulares ou usuários de planos de saúde.

Em seguida, deve ocorrer a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que submete ao Senado o processo de demarcação de terras indígenas.

Ainda nessa sessão, está programada a votação, em turno único, de projetos da Câmara que dispõem sobre a inclusão obrigatória da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira no currículo da rede pública de ensino e sobre a denominação do trecho da BR-135, entre o quilômetro zero e a Ponte da Estiva, no município de São Luís (MA), de Avenida Engenheiro Emiliano Macieira. Tam-

bém constam da pauta nove projetos de decreto legislativo (PDLs) sobre serviço de rádio comunitária no Rio de Janeiro, na Paraíba, em São Paulo, Goiás, Mato Grosso e na Bahia.

PREVIDÊNCIA

A ordem do dia da sessão de amanhã, com início às 14h30, conta com sete itens, entre os quais a PEC do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que regula o valor mensal máximo dos benefícios pagos pela Previdência Social. O centenário de nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade será celebrado na sessão deliberativa desta quinta-feira, com homenagem pleiteada em requerimentos dos senadores José Sarney (PMDB-AP), Tião Viana (PT-AC) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Projeto inclui cidadania em currículo escolar

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, às 11h30, para examinar uma pauta de 56 itens, entre os quais está o projeto terminativo que inclui a disciplina Noções de Cidadania no currículo do ensino fundamental e médio. De autoria do senador Chico Sartori (PSDB-RO), o projeto já recebeu parecer favorável, na forma de substitutivo, do relator, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Na pauta da CE constam ainda 49 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de radiodifusão, todos com parecer favorável dos relatores.

De acordo com Maldaner, que concorda com o argumento do autor do projeto, a criação de es-



Chico Sartori é autor da matéria que recebeu parecer favorável de Casildo Maldaner



José Cruz

paço próprio para a matéria Noções de Cidadania nos currículos escolares possibilitará aos jovens melhor compreensão dos seus deveres e direitos de cidadãos e será um instrumento indispensável para a consolidação da cidadania. "Atualmente, o fortalecimento da cidadania constitui interesse de toda a sociedade, e o ensino formal tem relevante papel a desempenhar para o alcan-

ce desse propósito", diz Maldaner na análise do projeto. Se a matéria for aprovada na CE, poderá ser remetida diretamente para a Câmara dos Deputados, caso não haja requerimento para exame no Plenário do Senado.

Os parlamentares da CE também vão analisar e votar proposta que sugere à comissão a elaboração de estudos visando a criação da Universidade Federal do Oeste Catarinense (Ufoeste), que tem parecer favorável do relator, senador Álvaro Dias (PDT-PR). O autor da proposta é Casildo Maldaner.

Outro projeto em pauta, com parecer favorável do relator, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), dá nova redação a artigo da Lei nº 662, de 1949, que trata das datas dos feriados nacionais.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em turno suplementar, do substitutivo ao PLS nº 449/99 que altera o artigo 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 38/99 que altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição federal (aprovação pelo Senado do processo de demarcação de terras indígenas); PLC nº 17/02 que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da temática História e Cultura Afro-Brasileira; PLC nº 24/02 que denomina Avenida Engenheiro Emiliano Macieira o trecho da BR-135, compreendido entre o quilômetro zero e a Ponte da Estiva, localizada no município de São Luís (MA); PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitários; e primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/02 que altera a redação do parágrafo 2º do artigo 201 da Constituição federal, para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de previdência social.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19

11h30 - Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15

14h30 - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2, do Anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados

16h - Reunião conjunta das comissões de Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos do Senado e das comissões de Finanças e Tributação; Economia, Indústria e Comércio; e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Plenário nº 2, do Anexo II, da Câmara dos Deputados

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7

18h30 - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2, do Anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Quinta-feira
10h - Sessão deliberativa ordinária

Sexta-feira
9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Projeto garante crédito para geração de energia

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) vai examinar hoje, a partir das 10h30, em caráter terminativo, o substitutivo do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) a projeto de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR)



CAE vota hoje projeto de Osmar Dias em caráter terminativo

que cria uma linha de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinada a financiar a compra de geradores de energia elétrica por quaisquer empresas em todo o país.

Segundo o projeto, os recursos poderão ser tomados pelas empresas mediante juros de 6% ao ano e prazo de sete anos para a quitação do débito, com um de carência. A proposta original previa a mesma taxa de juros, mas um prazo maior, de dez anos, com três de carência. O relator preferiu, contudo, estabelecer um prazo menor, que ele considerou mais compatível com o tempo de vida útil do equipamento a ser adquirido pelas empresas.

O relator lembrou que os perigos da crise energética no país ainda não estão afastados, apesar

de estarem em construção novas usinas hidrelétricas e termelétricas em diversas regiões. Diante desse quadro, o financiamento da aquisição de geradores próprios para as empresas, segundo Carlos Bezerra, seria

uma medida acertada, até mesmo para favorecer a retomada do crescimento da economia, da qual depende a geração de novos empregos.

A CAE deverá analisar outro projeto de Osmar Dias, que obriga as instituições financeiras federais a destinarem no mínimo 50% dos seus recursos ativos disponíveis para o financiamento de micro e pequenas empresas, mediante juros de no máximo 12% ao ano.

Além disso, seria aplicado redutor de até 50% sobre as parcelas da amortização e encargos financeiros para os tomadores adimplentes. Os detalhes da medida serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), segundo a proposta de Osmar Dias, que recebeu parecer favorável do relator, senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

Concessionárias devem ter rentabilidade assegurada

Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) está o projeto de lei que assegura uma rentabilidade mínima para as empresas detentoras de concessões comerciais exclusivas, cujo exemplo típico são as concessio-



Lindberg defende que contratante garanta a lucratividade

nárias de automóveis. A matéria, de autoria do senador Lindberg Cury (PFL-DF), precisa também ser votada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na qual tem decisão terminativa, sendo votada no Plenário somente se houver requerimento para tal.

Na CCJ, a matéria é relatada pelo senador Paulo Hartung (PSB-ES), eleito governador do Espírito Santo já no primeiro turno das eleições. Na CAE, para onde a matéria irá caso seja aprovada na CCJ, ainda não há relator designado.

O projeto determina que a em-

presa que contratar terceiros para vender, com exclusividade, seus produtos deverá "estimar a rentabilidade a ser auferida pelo investimento que solicita e garantir a realização de, no mínimo, dois terços desta rentabilidade". De acordo com a proposta, caberá à contratante estimar a rentabilidade da concessão no ato da contratação.

A proposição de Lindberg estabelece que, a cada trimestre, seja comparada a lucratividade auferida pela concessionária com a estimada pela empresa contratante. Caso ela seja inferior, caberá à contratante complementá-la, até o limite de dois terços do valor estimado quando da contratação. Caso contrário, fica automaticamente rescindido o contrato de exclusividade.

Termina prazo para emenda ao parecer sobre Orçamento

Relator-geral reúne-se hoje com as lideranças para discutir indicações dos relatores setoriais e dos integrantes dos comitês de assessoramento

Encerra-se hoje o prazo para apresentação de emendas ao parecer preliminar do relator-geral do projeto de Orçamento para 2003, senador Sérgio Machado (PMDB-CE). O parlamentar deve se reunir no final da tarde com lideranças partidárias, para tratar das indicações dos relatores setoriais e dos integrantes dos quatro comitês de assessoramento das relatorias – de avaliação da receita orçamentária, de emendas parlamentares, das informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União e do que cuida dos cancelamentos na rubrica "Outras Despesas Correntes".

Machado resolveu direcionar as novas fontes de receita, que venham a ser aprovadas até o final do ano, para o atendimento das emendas individuais. Uma das possibilidades é a prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda Pessoa Física, que pode render aos cofres públicos R\$ 1,7 bilhão – valor estimado após as transferências constitucionais. Essa prioridade foi decidida pelo relator-geral porque o Executivo não garantiu recursos na rubrica "Reserva de Contingência" para absorver as emendas individuais, como o fez na proposta de 2002.

A distribuição dos recursos restantes, após atender a emendas



Sérgio Machado decidiu direcionar as novas fontes de receitas para atender a emendas parlamentares

individuais, obedeceu à mesma regra aprovada para o orçamento deste ano. No seu parecer preliminar oferecido à Comissão Mista de Orçamento (CMO), Sérgio Machado manteve a proporção de 60% para as relatorias setoriais e 40% para que o relator-geral possa estabelecer no seu parecer final as necessárias adequações, harmonizações e eventuais remanejamentos orçamentários. As emendas de bancada levarão a maior fatia dos recursos setoriais – 45% – e as emendas das comissões permanentes do Senado e da Câmara dos Deputados ficarão com os 15% restantes.

O relator-geral também manteve o mesmo percentual de corte – 10% – do Orçamento de 2002

Fraga presta esclarecimentos ao Congresso Nacional

O presidente do Banco Central, Arminio Fraga, e o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guardia, comparecem hoje à Comissão Mista de Orçamento (CMO) para prestar ao Congresso Nacional os esclarecimentos periódicos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A audiência pública foi convocada, conjuntamente, pelas Comissões de Fiscalização e Controle e Assuntos Econômicos do Senado Federal e por outras três comissões permanentes da Câmara dos Deputados – Finanças e Tributação; Economia, Indústria e Comércio; e Fiscalização Financeira e Controle.

A reunião com a presença de Fraga, marcada para as 16h, tem como tema central a avaliação dos impactos das políticas monetária, creditícia e fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso. Mas

a expectativa de técnicos da CMO é que Arminio Fraga aponte as perspectivas da evolução dos preços e do câmbio, pressionados pelo efeito das eleições e do vencimento dos títulos públicos atrelados à correção cambial, além de apresentar considerações sobre a elevação dos juros, que devem frear a economia e as vendas deste fim de ano.

Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o BC tem 90 dias após o encerramento de cada semestre para apresentar, "em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional", a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, "evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços".

No caso das metas fiscais, o pra-



Na audiência pública, Arminio Fraga pode tratar da evolução do câmbio e da política de juros

zo estabelecido pela LRF é menor. O Executivo tem que apresentar a sua avaliação a cada quadrimestre, por intermédio de audiências públicas a serem agendadas até o final de fevereiro, maio e setembro. Dessa vez, excepcionalmente, em função das eleições, essa avaliação está sendo realizada em outubro pelo secretário do Tesouro Nacional. A audiência pública será às 14h30.



Roosevelt Pinheiro

Marina quer reduzir em cinco anos idade mínima para que extrativistas possam ter o benefício

Proposta antecipa aposentadoria de extrativista

A proposta de emenda à Constituição de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) que reduz em cinco anos a idade mínima para a aposentadoria dos extrativistas vegetais espera apenas a inclusão na ordem do dia do Senado para ser votada. A proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na proposição, Marina se limita a acrescentar a profissão de extrativista vegetal entre as já arroladas pela Constituição como merecedoras de uma idade menor para a aposentadoria. O artigo 201 da Constituição estabelece como condição para a aposentadoria no regime geral da Previdência "65 de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal".

Na CCJ, o relatório favorável foi elaborado pelo senador Sérgio Machado (PMDB-CE), mas apresentado à comissão pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), relator *ad hoc*.

A parlamentar argumenta que a redação atual do texto constitucional, alterada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, já reconhece "a especificidade da atividade rural familiar, na qual o desgaste físico é muito maior do que o da atividade desenvolvida nas cidades". Ela ressalta, no entanto, que o texto "omite os extrativistas vegetais, que trabalham sob condições similares ou, mesmo, mais precárias".

Para a senadora, "a alteração significa mais um avanço na direção da justiça social e da cidadania para um importante grupo de brasileiros que representam parte significativa dos trabalhadores e da atividade econômica.

Tebet: vitória de Lula mostra consolidação da democracia

Para o presidente do Senado, importante agora é que seja composto um governo que atenda aos interesses do Brasil

Em entrevista à Rádio Senado no fim de semana, o presidente do Senado, Ramez Tebet, disse que a eleição do petista Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República demonstrou que a democracia brasileira está absolutamente consolidada.

— Instituições fortes, eleitorado altivo, maduro, dando demonstrações de vocação democrática, o exercício da cidadania avançando cada vez mais. Eleições em ordem, urnas eletrônicas funcionando, respeito à vontade popular, à vontade do povo, tudo isso mostra a grandeza do Brasil e



Roosevelt Pinheiro

PT terá de contar com apoio de outros partidos no Congresso, disse Tebet

a sua pujança democrática — afirmou.

Tebet não acredita que a eleição de Lula redundará em um governo puramente de esquerda, uma vez que o Partido dos Traba-

lhadores (PT) teve apoio de diversos setores da sociedade. Para o presidente do Senado, o importante é Lula compor um governo que atenda aos interesses do país. "Nós temos que olhar o que é bom para o Brasil, o que é bom para esta pátria", declarou.

Ramez Tebet lembrou ainda que, por não ter maioria no Legislativo, o PT terá de contar com o apoio de outros partidos, pois "ninguém governa sem o Congresso Nacional". Na opinião do presidente do Senado, o maior desejo da população brasileira, hoje, é que haja aumento na oferta de empregos no país.

PPS apoiará novo governo sem precondição, diz Freire

Em telegramas enviados ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Roberto Freire (PPS-PE) louvou a nova etapa do processo político brasileiro inaugurado com a eleição de domingo. Presidente do partido de Ciro Gomes, candidato derrotado no primeiro turno da eleição, Freire oferece, "sem precondição", a colaboração do PPS ao sucesso do governo Lula.

No telegrama para o petista, Freire afirma que "a eleição de uma liderança identificada com o ideário de esquerda e com significativo grau de solidariedade com os trabalhadores e outros setores populares da sociedade demons-



Roosevelt Pinheiro

Para Roberto Freire, Brasil tem pela frente "drama secular de desequilíbrios sociais a resolver"

tra, de forma cabal, que a democracia consolidou-se no Brasil".

Lembrando que o Brasil tem pela frente "um drama secular de desequilíbrios sociais e econômi-

cos a resolver", Freire diz que a democracia é o valor mais alto a ser preservado e o único caminho capaz de superar as injustiças e desigualdades na busca de uma sociedade mais justa. O senador fez a Lula votos de "uma profícua gestão".

No telegrama a Fernando Henrique Cardoso, Roberto Freire o parabeniza "pelo radical compromisso com a democracia e com a estabilidade das instituições republicanas". Ele afirmou que, se outros méritos não existissem em Fernando Henrique, seu compromisso com a democracia no processo eleitoral "bastaria para inscrevê-lo, de forma indelével, na história do país".



José Cruz

Valmir Amaral: instalação do CNE tem a mesma importância das vitórias do esporte nacional

Amaral ressalta papel do Conselho Nacional do Esporte

A instalação do Conselho Nacional do Esporte (CNE), no dia 13 de agosto passado, e a primeira reunião ordinária do órgão, no último dia 22, foram comparadas às grandes vitórias do esporte brasileiro pelo senador Valmir Amaral (PMDB-DF). A criação do conselho, disse, tem a mesma importância das conquistas obtidas ao longo deste ano, como o pentacampeonato mundial de futebol, o hexacampeonato mundial do iatista Robert Scheidt, o título mundial do vôlei masculino e as boas participações de Rubens Barrichello na Fórmula 1 e de Alexandre Barros no Mundial de Motovelocidade.

O CNE se reunirá periodicamente para propor políticas efetivas para o esporte, com o objetivo de oferecer uma prática intensiva e planejada de atividade física para a população e melhorar os padrões de organização e qualidade do desporto nacional.

Amaral elogiou a participação, no CNE, dos deputados Bonifácio Andrada (PSDB-MG) e Virgílio Guimarães (PT-MG), e disse que terá a honra de compartilhar propostas e idéias com grandes nomes do esporte brasileiro, como a ex-jogadora de basquete Maria Paula Gonçalves, a Magic Paula; Carlos Caetano Bledorn Verri, o Dunga, capitão da seleção tetracampeã; o ex-jogador de vôlei Bernard Rajzman; o médico Eduardo de Rose, membro da Comissão Antidoping do Comitê Olímpico Internacional (COI); além de representantes dos Ministérios da Justiça, Educação, Relações Exteriores e Trabalho e Emprego.

Como membro da Subcomissão Permanente do Esporte no Senado, Amaral deixou claro que pretende trabalhar em duas frentes: uma, na Casa à qual pertence, apoiando os projetos resultantes das decisões do conselho, e no CNE, apresentando propostas que visem principalmente integrar esporte e turismo.

Senado abre semana de arte e cultura

O Senado abriu ontem pela manhã a 1ª Semana de Arte e Cultura in-Atividade. O evento é uma promoção da Subsecretaria de Pessoal Inativo do Senado e deve se estender até o dia 31 deste mês. O objetivo é fortalecer a integração entre servidores ativos e inativos da Casa. A abertura coincidiu com o Dia do Servidor Público — 28 de outubro —, e ocorreu no Auditório Petrônio Portella, com uma palestra do ex-senador Jarbas Passarinho, intitulada "Vantagens e Desvantagens da Terceira Idade", que foi precedida da apresentação do Coral do Senado. O diretor-geral do



Célio Azevedo

Jarbas Passarinho, ao lado de Agaciel Maia, abriu as atividades

Senado, Agaciel Maia, esteve presente.

Ainda ontem, como parte do evento, foi aberta a exposição de livros de Branca Bakaj e Dad Squarisi, no Salão Negro do Con-

gresso Nacional. O restante da programação, à tarde, incluiu trabalhos dos aposentados do Senado nos campos da pintura, fotografia, literatura, artesanato e *shows* musicais.